



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO – DEM

Ata nº 19/2021

Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Finanças

Aos trinta e um dias de maio de 2021, reuniram-se na Sala de Reuniões na Câmara de Vereadores os senhores Lindomar Rodrigo Brandão, Marcos Junior Marini, Rafael Celestrin, a Contadora Bárbara S. K. Librelato, e os assessores Pollyana, Vandí e Edson, para tratar de assuntos de interesse da Comissão de Orçamento e Finanças. Na ocasião foram analisados por todos os membros os Projetos de Lei nº 05, 63, 82, 87, 88 e 92/2021. Com relação ao **Projeto de Lei nº 5/2021** (Altera a Lei nº 3598, de 26 de maio de 2011, que instituiu a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco) de relatoria do Vereador Rafael Celestrin, teve seu parecer favorável acompanhado dos demais membros da Comissão. Com relação ao **Projeto de Lei nº 63/2021** (Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5350, de 30 de maio de 2019, que dispõe sobre a remoção, guarda e depósito de veículos, removidos, apreendidos e retirados de circulação, bem como serviço de remoção de veículos em decorrência de infração de trânsito à legislação em vigor nas vias do Município de Pato Branco) de relatoria do Vereador Rafael Celestrin, teve seu parecer favorável acompanhado dos demais membros da Comissão. O **Projeto de Lei nº 82/2021** (o qual visa incluir professores e funcionários dos estabelecimentos públicos e privados da educação básica e do ensino superior na segunda fase do grupo prioritário do plano da Vacinação contra o Covid - 19, no Município de Pato Branco, Paraná e dá outras providências), de relatoria do Vereador Lindomar Rodrigo Brandão, teve seu parecer favorável acompanhado dos demais membros da Comissão. O **Projeto de Lei nº 92/2021** (Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 4.860.134,40) de relatoria do Vereador Marcos Junior Marini, teve seu parecer favorável acompanhado dos demais membros da Comissão. O **Projeto de Lei nº 87/2021** (Institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025), os membros da comissão puderam analisar o Parecer Contábil o qual possui oito folhas, nele a Contadora informa que: cabe ao PPA fixar as diretrizes, os objetivos e as metas para administração no período de quatro anos, e por isso, é importante identificar a compatibilidade do Plano Plurianual com os planos setoriais municipais como Plano Municipal de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Saneamento, entre outros. Entretanto, realiza alguns apontamentos: 1. Ao analisar a matéria não é possível identificar as descrições dos programas, objetivos, metas e indicadores definidos para os programas elencados, sendo necessária esta complementação. Em face do exposto, a compreensão dos programas e a avaliação de sua execução e aferição de seu desempenho ficam prejudicadas não podendo ser mensurados. O ideal seria especificar estas informações para cada uma das Secretarias e seus referidos programas. 2. Não foi encontrado na presente matéria o registro da audiência pública conforme a lei mencionada, fazendo necessário a anexação da mesma. Com relação ao **Projeto de Lei nº 88/2021** (Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2022 e dá outras providências), também consta em anexo Parecer Contábil dessa Casa de Leis, o qual realiza inúmeros apontamentos, dentre eles: 1. Quanto ao Anexo de Riscos Fiscais a presente matéria o menciona no seu texto legal (Anexo III), mas o documento não encontra apenas ao projeto. Assim como o Anexo IV – Obras em Andamento, Anexo V – Evolução da



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272-1504 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbrandao@patobranco.pr.leg.br



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Receita e Anexo VI – Metas Bimestrais de Arrecadação. Com base no Projeto, os anexos com os demonstrativos não expõem com clareza os valores de déficit e dos juros da aplicação e da dívida. Deve haver consistência nos dados para que os membros da comissão possam analisar com maior propriedade a dívida, os juros e as propostas a serem concretizadas. 2. Observou-se que o presente projeto cita em seu artigo 3º que seus demonstrativos estão de acordo com a Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019. A citada portaria aprova a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, mas vale ressaltar que para o exercício de 2021, deve-se utilizar a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovada pela Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020. 3. Quanto ao Demonstrativo de Metas Anuais que consta no presente projeto de lei (fl. 15), observou-se que demonstrativo apresenta apenas a meta anual para o exercício de 2022, sem apresentar as metas para os dois anos seguintes, no caso as metas para os anos 2023 e 2024. O demonstrativo também não está acompanhado de memória e metodologia de cálculo. 4. Quanto a Meta Anual estabelecida para o exercício de 2022, observou-se ainda haver inconsistência quanto ao preenchimento do relatório, tendo em vista que o Executivo estima déficit primário de R\$ 6.632.182,09, isto é, estima gastar mais do que arrecadará, possuir dívida pública consolidada R\$ 15.781.893,96, mas não considera os valores relativos a juros, encargos e variações monetárias que deles se originam. Vale enfatizar também que o total das receitas igual ao das despesas configura que o relatório foi preenchido com viés orçamentário, sendo que deve ser preenchido com viés fiscal. 5. Observou-se que a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior do presente projeto de lei (fl. 16) não inclui a análise dos fatores determinantes para o não alcance das metas. Observou-se ainda haver inconsistência quanto ao preenchimento do relatório, tendo em vista que estima déficit primário, possuir dívida pública consolidada e haveres financeiros, mas não declara os valores relativos a juros, encargos e variações monetárias que deles se originam. 6. Observou-se que o demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores do presente projeto (f. 17) apresenta valores fixados para o ano de 2019 e 2020 diferentes das suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. O demonstrativo também não traz as metas fiscais atuais no que se refere ao exercício 2023 e 2024. 7. O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido deve trazer em conjunto uma análise dos valores apresentados, com as causas das variações do PL do Município como, por exemplo, fatos que venham a causar desequilíbrio entre as variações ativas e passivas e outros que contribuam para o aumento ou a diminuição da situação líquida patrimonial. 8. O demonstrativo Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos do presente projeto de lei (fl. 19) não apresenta a discriminação das alienações de bens móveis e imóveis, e as despesas executadas resultantes da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, discriminando as despesas de capital e as despesas correntes dos regimes de previdência. 9. O demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do presente projeto de lei (fl. 22) apresenta inicialmente que não há previsão de renúncia de receita, mas logo após apresenta o quadro de sua estimativa e compensação da renúncia, preenchendo a coluna de modalidade como “outros benefícios”. Observou-se que houve equívoco também na legislação mencionada, por exemplo, a menção do art. 152 da CF para a imunidade tributária das igrejas. 10. Observou-se que o anexo que trata a previsão da receita (fls. 39 e 40) não está acompanhado de demonstrativo de sua evolução, de projeção e da metodologia e premissas utilizadas. 11. Não foi encontrado na presente matéria o registro da audiência pública conforme a lei mencionada. Conclusão: Em face do exposto, observou-se que o Anexo das Metas Fiscais está incompleto, e ainda que os seguintes anexos foram mencionados pelo texto legal da matéria, mas não constam no presente



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272-1504 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbrandao@patobranco.pr.leg.br



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and a signature that appears to be 'Brandão'.



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

projeto de lei: Anexo III - Anexo de Riscos Fiscais, Anexo IV – Obras em Andamento
Anexo V – Evolução da Receita e Anexo VI – Metas Bimestrais de Arrecadação.
Conclui-se no fim da reunião que todas os apontamentos são extremamente
necessários para uma melhor compreensão da matéria e emissão de Parecer na
seqüência. Sem mais para o momento foi lavrada ata, onde os abaixo a subcreveram.

Pato Branco, 31 de maio de 2021.

Marcos Marini
Membro

Lindomar Rodrigo Brandão
Presidente

Rafael Celestrin
Membro

Bárbara S. K. Librelato
Contadora



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272-1504 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbrandao@patobranco.pr.leg.br

